

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	625.841.370
Preferenciais	0
Total	625.841.370
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.990.890	1.796.052
1.01	Ativo Circulante	25.054	22.535
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.276	7.426
1.01.03	Contas a Receber	7.956	8.877
1.01.03.01	Clientes	7.956	8.877
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.152	2.232
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.152	2.232
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.759	3.885
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.911	115
1.01.08.03	Outros	1.911	115
1.01.08.03.01	Outros créditos	262	115
1.01.08.03.02	Adiantamentoa a fornecedores	1.649	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.965.836	1.773.517
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	47.164	32.048
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.979	1.332
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	2.979	1.332
1.02.01.06	Tributos Diferidos	38.077	20.385
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.077	20.385
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.210	710
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.898	9.621
1.02.01.09.03	Déposito Judiciais	4.898	9.621
1.02.03	Imobilizado	3.837	2.760
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.837	2.760
1.02.04	Intangível	1.910.859	1.732.848
1.02.04.01	Intangíveis	1.910.859	1.732.848
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.910.859	1.732.848
1.02.05	Diferido	3.976	5.861

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.990.890	1.796.052
2.01	Passivo Circulante	161.897	275.868
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.002	6.101
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.002	6.101
2.01.02	Fornecedores	11.283	16.247
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.283	16.247
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.109	7.609
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.079	6.232
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	3.079	6.232
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.030	1.377
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.866	62.678
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	62.866	62.678
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	62.866	62.678
2.01.05	Outras Obrigações	63.104	162.306
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	48.448	148.428
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	3.800	3.108
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	44.648	145.320
2.01.05.02	Outros	14.656	13.878
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	12.373	9.076
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	399	379
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	1.884	4.423
2.01.06	Provisões	13.533	20.927
2.01.06.02	Outras Provisões	13.533	20.927
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	13.476	15.635
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	57	5.292
2.02	Passivo Não Circulante	1.014.386	909.696
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	590.440	629.586
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	590.440	629.586
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	590.440	629.586
2.02.02	Outras Obrigações	366.079	231.305
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	361.134	231.305
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	361.134	231.305
2.02.02.02	Outros	4.945	0
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	4.945	0
2.02.04	Provisões	57.867	48.805
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.809	15.977
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	17.809	15.977
2.02.04.02	Outras Provisões	40.058	32.828
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	40.058	32.828
2.03	Patrimônio Líquido	814.607	610.488
2.03.01	Capital Social Realizado	838.789	600.289
2.03.04	Reservas de Lucros	-24.182	10.199

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	87.596	343.486	109.694	343.938
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-90.181	-330.618	-100.858	-315.330
3.03	Resultado Bruto	-2.585	12.868	8.836	28.608
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.278	-15.496	-5.261	-13.043
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.416	-15.806	-5.344	-13.254
3.04.02.01	Despesas admnsitrativas	-6.006	-14.632	-4.986	-12.177
3.04.02.02	Remuneração da administração	-410	-1.174	-358	-1.077
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	138	310	83	211
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.863	-2.628	3.575	15.565
3.06	Resultado Financeiro	-16.854	-49.445	-19.100	-51.612
3.06.01	Receitas Financeiras	216	1.291	308	1.709
3.06.01.01	Receitas Financeiras	216	1.291	308	1.709
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.070	-50.736	-19.408	-53.321
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-17.070	-50.736	-19.408	-53.321
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-25.717	-52.073	-15.525	-36.047
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.738	17.692	5.262	12.202
3.08.02	Diferido	8.738	17.692	5.262	12.202
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.979	-34.381	-10.263	-23.845
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.979	-34.381	-10.263	-23.845
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,03030	-0,06930	-0,02592	-0,08041
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,03030	-0,06930	-0,02592	-0,08041

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-16.979	-34.381	-10.263	-23.845
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.979	-34.381	-10.263	-23.845

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.926	10.655
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	71.438	65.124
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	-34.381	-23.845
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	61.625	39.550
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	28	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-17.692	-12.202
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-128	-457
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	20.941	23.413
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre empréstimos	26.187	26.211
6.01.01.11	Despesas/ (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	2.467	1.806
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.428	1.713
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	8.963	8.935
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-44.991	-53.135
6.01.02.01	Contas a receber	921	1.029
6.01.02.02	Contas a receber partes relacionadas	0	44
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-898	187
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	4.723	-481
6.01.02.06	Fornecedores	-4.826	-3.645
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	391	-242
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	67	-2.185
6.01.02.09	Obrigações sociais	901	603
6.01.02.10	Obrigações fiscais	-6.045	-1.902
6.01.02.15	Outras contas a pagar	2.508	3.228
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-1.596	-1.066
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-41.137	-48.705
6.01.03	Outros	1.479	-1.334
6.01.03.02	Despesas antecipadas	1.626	-1.259
6.01.03.04	Outros créditos	-147	-75
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-218.955	-196.086
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-1.400	-285
6.02.02	Adições ao intangível	-216.014	-200.799
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-2.388	-11.073
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	847	16.071
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	193.879	188.042
6.03.01	Captações de empréstimos	0	16.939
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-40.917	-25.897
6.03.14	Aumento de capital	238.500	197.000
6.03.16	Risco Sacado	-3.704	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.850	2.611
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.426	10.372
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.276	12.983

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.289	0	4.013	6.186	0	610.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.289	0	4.013	6.186	0	610.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	238.500	0	0	0	0	238.500
5.04.01	Aumentos de Capital	238.500	0	0	0	0	238.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.381	0	-34.381
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.381	0	-34.381
5.07	Saldos Finais	838.789	0	4.013	-28.195	0	814.607

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.04	Transações de Capital com os Sócios	197.000	0	0	0	0	197.000
5.04.01	Aumentos de Capital	197.000	0	0	0	0	197.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.845	0	-23.845
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.845	0	-23.845
5.07	Saldos Finais	508.289	0	51.718	-23.845	0	536.162

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	356.867	356.188
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	147.429	137.529
7.01.02	Outras Receitas	209.438	218.659
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	208.131	217.523
7.01.02.02	Outras	1.307	1.136
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-263.083	-268.777
7.02.04	Outros	-263.083	-268.777
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-27.328	-24.186
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-208.131	-217.523
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-8.496	-8.729
7.02.04.04	Custos da Concessão	-5.017	-5.358
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-8.963	-8.935
7.02.04.06	Outros	-5.148	-4.046
7.03	Valor Adicionado Bruto	93.784	87.411
7.04	Retenções	-61.625	-39.550
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-61.625	-39.550
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	32.159	47.861
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.509	40.785
7.06.02	Receitas Financeiras	1.291	1.709
7.06.03	Outros	34.218	39.076
7.06.03.02	Juros Capitalizados	34.218	39.076
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	67.668	88.646
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	67.668	88.646
7.08.01	Pessoal	20.436	19.095
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.619	14.457
7.08.01.02	Benefícios	3.873	3.695
7.08.01.03	F.G.T.S.	944	943
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-4.232	681
7.08.02.01	Federais	-11.700	-6.230
7.08.02.02	Estaduais	12	1
7.08.02.03	Municipais	7.456	6.910
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.131	54.304
7.08.03.01	Juros	26.186	26.220
7.08.03.02	Aluguéis	1.250	1.152
7.08.03.03	Outras	23.695	26.932
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	20.447	24.079
7.08.03.03.02	Despesas Financieras	3.248	2.853
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-34.381	-23.845
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-34.381	-23.845
7.08.05	Outros	34.714	38.411
7.08.05.01	Juros	20.942	23.414
7.08.05.02	Juros Capitalizados	13.772	14.997

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

São Gonçalo-RJ, 10 de novembro de 2017 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2017 (3T17), findo em 30 de setembro de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 3T17 o tráfego pedagiado foi de 10.017 mil veículos equivalentes. Em relação ao 3T16 o tráfego foi 2,9% inferior. Na comparação com o 2T17 houve um aumento de 5,2%. A redução em relação ao 3T16 se deve a desaceleração da economia e o desempenho da atividade econômica regional.

Receita Operacional Bruta

- No 3T17 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 92 milhões contra R\$ 119,8 milhões do 2T17 e R\$ 113,8 milhões do 3T16. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 8% em comparação ao mesmo período de 2016 (R\$ 50,1 milhões x R\$ 46,4 milhões) que se justifica pelo reajuste da tarifa de pedágio realizado em fevereiro de 2017. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou um decréscimo de 38,1% em comparação a 2016 devido ao menor volume de obras executadas no período.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais reduziram 22,4% em relação ao 3T16. O maior impacto dessa redução foram os custos de construção que reduziram 38,1% em função do menor volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). Em compensação existiu um aumento de 78,3% nas provisões para manutenção de rodovia devido a finalizações de obras.

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 16,8 milhões no 3T17 com uma redução de 1,3% se comparamos aos R\$ 17 milhões apresentado no 2T17, comparado ao mesmo período do ano passado também teve uma redução de 8,9%.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o 3T17 em R\$ 21,8 milhões, com um aumento de 2,6% em relação ao 3T16 e de 13,8% em relação ao 2T17. Essa variação foi gerada, principalmente, pelos maiores custos de provisão para manutenção registrado no período 3T17.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 3T17 foi negativo em R\$ 16,9 milhões, decorrente principalmente dos juros sobre o empréstimo com o BNDES, pelos juros sobre mútuos com a controladora e debêntures. No 3T16 o resultado financeiro líquido também foi negativo em R\$ 19,1 milhões essa redução foi devido a redução da taxa de juros.

Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense obteve no 3T17 um prejuízo de R\$ 17 milhões e no 3T16 de R\$ 10,2 milhões. O resultado está justificado principalmente pelos maiores custos registrados no período.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 3T17 em R\$ 653,3 milhões, ante R\$ 697,6 milhões registrado no 3T16, devido às liberações de subcréditos do empréstimo de longo prazo contratado junto ao BNDES. Já o endividamento líquido encerrou 3T17 em R\$ 643 milhões contra R\$ 653,5 milhões do 3T16 devido também às liberações do empréstimo com o BNDES.

Investimentos

- No 3T17, foram investidos R\$ 58,4 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

Comentário do Desempenho

Autopista
Fluminense

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T17	2T17	3T16	Var% 3T17/2T17	Var% 3T17/3T16
Fluminense	10.017	9.520	10.311	5,2%	-2,9%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	3T17	2T17	3T16	Var% 3T17/2T17	Var% 3T17/3T16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	92.063	119.720	113.824	-23,1%	-19,1%
Receitas de pedágio	50.110	47.620	46.401	5,2%	8,0%
Receitas de obras	41.279	71.870	66.669	-42,6%	-38,1%
Receitas acessórias	674	230	754	193,0%	-10,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.467)	(4.296)	(4.130)	4,0%	8,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	87.596	115.424	109.694	-24,1%	-20,1%
CUSTOS E DESPESAS	(70.788)	(98.386)	(91.247)	-28,1%	-22,4%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e deprec	(18.286)	(17.533)	(16.553)	4,3%	10,5%
Custo dos serv. de construção	(41.279)	(71.870)	(66.669)	-42,6%	-38,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e deprec	(5.736)	(6.384)	(4.964)	-10,2%	15,6%
Remuneração da administração	(410)	(344)	(358)	19,2%	14,5%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(4.967)	(2.100)	(2.786)	136,5%	78,3%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	(110)	(155)	83	-29,0%	-232,5%
EBITDA	16.808	17.038	18.447	-1,3%	-8,9%
Margem EBITDA	19,2%	14,8%	16,8%	-	-
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(25.671)	(18.796)	(14.872)	36,6%	72,6%
Depreciação de imobilizado	(22)	(22)	(22)	0,0%	0,0%
Amortização do intangível	(25.015)	(18.140)	(14.216)	37,9%	76,0%
Amortização do diferido	(634)	(634)	(634)	0,0%	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(16.854)	(15.969)	(19.100)	5,5%	-11,8%
Receitas financeiras	216	266	308	-18,8%	-29,9%
Despesas financeiras	(17.070)	(16.235)	(19.408)	5,1%	-12,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(25.717)	(17.727)	(15.525)	45,1%	65,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.738	6.023	5.262	45,1%	66,1%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	8.738	6.023	5.262	45,1%	66,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(16.979)	(11.704)	(10.263)	45,1%	65,4%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	3T17	2T17	3T16	Var% 3T17/2T17	Var% 3T17/3T16
EBITDA ¹	16.808	17.038	18.447	-1,3%	-8,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	4.967	2.100	2.786	136,5%	78,3%
EBITDA Ajustado ²	21.775	19.138	21.233	13,8%	2,6%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fluminense **S.A.**

Informações Financeiras Trimestrais para o
Trimestre e Período de Nove Meses Findos em
30 de Setembro de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida São Gonçalo nº 100 - Unidade 101. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - “ANTT”, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de setembro de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$136.843 (R\$253.333 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 10 de novembro de 2017.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado a seguir:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 30 de setembro de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$40.641 a valor nominal, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2017, o montante de R\$847.905 (R\$940.851 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$273.409 (R\$343.261 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$1.442.696 (R\$1.241.016 em 31 de dezembro de 2016).

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente à R\$31.200 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras já está em andamento e as demais estão no processo de projeto, orçamento e análise da ANTT.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017; portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício

Notas Explicativas

findo em 31 de dezembro de 2016; portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	1.687	1.856
Aplicações financeiras (*)	8.589	5.570
Total	<u>10.276</u>	<u>7.426</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,70% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	7.491	7.211
Cartões de pedágio a receber	405	547
Receitas acessórias a receber	60	1.119
Total	<u>7.956</u>	<u>8.877</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016 é como segue:

Notas Explicativas

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.717)	(52.073)	(15.525)	(36.047)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	8.744	17.705	5.279	12.256
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	(6)	(13)	(17)	(54)
Total	<u>8.738</u>	<u>17.692</u>	<u>5.262</u>	<u>12.202</u>
Crédito contabilizado	8.738	17.692	5.262	12.202
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	<u>8.738</u>	<u>17.692</u>	<u>5.262</u>	<u>12.202</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	79.175	36.974
Provisão de participação nos lucros	1.857	2.452
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	17.809	15.977
Outras provisões	1.314	1.129
Provisão para manutenção de rodovias	53.534	48.463
Amortização acumulada de obras futuras	4.764	3.949
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.667	3.640
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(20)	(105)
Base de cálculo ativa	<u>162.100</u>	<u>112.479</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>55.114</u>	<u>38.243</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	8.998	6.561
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(88)	(64)
Base de cálculo passiva	<u>(50.110)</u>	<u>(52.523)</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(17.037)</u>	<u>(17.858)</u>
Base de cálculo	<u>111.990</u>	<u>59.956</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>38.077</u>	<u>20.385</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas

- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	1.327
2018	7.756
2019	6.789
2020	6.789
Após 2021	32.453
	<u>55.114</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 35% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2017 o saldo é de R\$2.979 (R\$1.332 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 96,80% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2016	740	1.030	342	645	1.854	-	4.611
Adições	150	444	-	6	715	85	1.400
Transferências/Reclassificações	-	-	41	-	-	-	41
Alienações/baixas	(30)	-	-	-	-	-	(30)
Saldo em 30.09.2017	860	1.474	383	651	2.569	85	6.022
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2016	(356)	(403)	(17)	(424)	(651)	-	(1.851)
Depreciações	(57)	(55)	(14)	(45)	(165)	-	(336)
Alienações/baixas	2	-	-	-	-	-	2
Saldo em 30.09.2017	(411)	(458)	(31)	(469)	(816)	-	(2.185)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2016	384	627	325	221	1.203	-	2.760
Saldo em 30.09.2017	449	1.016	352	182	1.753	85	3.837
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

Notas Explicativas

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2015	617	985	22	594	1.418	3.636
Adições	43	-	100	50	92	285
Transferências / Reclassificações	39	13	220	-	302	574
Saldo em 30.09.2016	699	998	342	644	1.812	4.495
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(294)	(360)	(9)	(365)	(496)	(1.524)
Depreciações	(49)	(32)	(5)	(44)	(113)	(243)
Saldo em 30.09.2016	(343)	(392)	(14)	(409)	(609)	(1.767)
<u>Inobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	323	625	13	229	922	2.112
Saldo em 30.09.2016	356	606	328	235	1.203	2.728
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.192.697	2.102	685.488	1.205	1.881.492
Adições	72.329	266	164.749	112	237.456
Transferências/Reclassificações	514.794	-	(514.835)	-	(41)
Saldo em 30.09.2017	<u>1.779.820</u>	<u>2.368</u>	<u>335.402</u>	<u>1.317</u>	<u>2.118.907</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(148.114)	(530)	-	-	(148.644)
Adições	(59.329)	(75)	-	-	(59.404)
Saldo em 30.09.2017	<u>(207.443)</u>	<u>(605)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(208.048)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.044.583	1.572	685.488	1.205	1.732.848
Saldo em 30.09.2017	1.572.377	1.763	335.402	1.317	1.910.859
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31.12.2015	798.267	1.181	739.930	142	1.539.520
Adições / Reversões	96.947	734	148.991	1.063	247.735
Transferências / Reclassificações	237.553	5	(238.132)	-	(574)
Saldo em 30.09.2016	<u>1.132.767</u>	<u>1.920</u>	<u>650.789</u>	<u>1.205</u>	<u>1.786.681</u>
Amortização acumulada					
Saldo em 31.12.2015	(95.879)	(479)	-	-	(96.358)
Amortizações	(37.391)	(31)	-	-	(37.422)
Saldo em 30.09.2016	<u>(133.270)</u>	<u>(510)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133.780)</u>
Intangível líquido					
Saldo em 31.12.2015	702.388	702	739.930	142	1.443.162
Saldo em 30.09.2016	999.497	1.410	650.789	1.205	1.652.901
Taxas de amortização - a.a.	3,6%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2017 e concluiu que não possui nenhum indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$34.218 (R\$39.076 em 30 de setembro de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais de dívidas, em 2017 foi de 5,83% ao ano e 5,70% ao ano em 2016.

Notas Explicativas

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(21.378)</u>	<u>(19.493)</u>
	<u>3.976</u>	<u>5.861</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>30.09.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	61.004	595.328	57.198	634.556
Risco sacado (b)	2.273	-	5.943	-
	<u>63.277</u>	<u>595.328</u>	<u>63.141</u>	<u>634.556</u>
<u>Moeda estrangeira</u>				
Custo de transação	(411)	(4.888)	(463)	(4.970)
	<u>62.866</u>	<u>590.440</u>	<u>62.678</u>	<u>629.586</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES - A	TJLP + 2,45% a.a.	nov/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	300.705	320.198
(a)	Real	BNDES - B e C	TJLP + 2,45% a.a.	out/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	355.627	371.556
(b)	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	2.273	5.943
						<u>658.605</u>	<u>697.697</u>

Em 30 de setembro de 2017, o saldo de R\$2.273 (R\$5.943 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição

Notas Explicativas

financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de setembro de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	15.458
2019	65.060
2020	70.552
2021	76.508
A partir de 2022	367.750
	<u>595.328</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de setembro de 2017 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2017, o saldo de R\$11.283 (R\$16.247 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$12.373 (R\$9.076 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 30 de setembro de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	43.994	144.316
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	654	1.004
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	3.800	3.108
Total	<u>48.448</u>	<u>148.428</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	249.109	231.305
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	112.025	-
Total	<u>361.134</u>	<u>231.305</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2017			30.09.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c) / (d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c) / (d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(10.515)	(1.126)	-	(8.282)	(1.148)
Total	-	(10.515)	(1.126)	-	(8.282)	(1.148)

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.09.2017			30.09.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c) / (d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c) / (d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(20.941)	(2.206)	-	(23.413)	(2.939)
Total	-	(20.941)	(2.206)	-	(23.413)	(2.939)

a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

c) Decorrentes da 2^a, 3^a e 4^a emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2019, 03 de julho de 2019 e 19 de outubro de 2017. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	10.04.2019	CDI + 1,5% a.a.	72.004	24.356	72.004	17.109
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,5% a.a.	12.000	3.665	12.000	2.491
19.10.2015	19.10.2017	CDI + 1,5% a.a.	35.000	8.994	35.000	5.712
			119.004	37.015	119.004	25.312

d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06/10/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.977	8.000	9.653
27/10/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	9.000	12.201	9.000	10.722
05/11/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.088	6.000	7.105
27/11/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	9.317	7.000	8.179
05/12/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.623	5.000	5.812
19/12/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.512	8.000	9.220
13/09/2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	18.000	10.285	18.000	8.201
20/12/2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	10.688	20.000	8.427
15/01/2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	10.184	20.000	8.014
10/02/2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	9.980	20.000	7.824
15/05/2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	9.253	20.000	7.149
			<u>141.000</u>	<u>108.109</u>	<u>141.000</u>	<u>90.305</u>

Além das operações acima mencionadas a Latina Manutenção realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$63.083 (R\$98.095 em 30 de setembro de 2016), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de nove meses findos de 30 de setembro de 2017, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$298 e R\$771 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$112 e R\$403 relativos ao rateio da “Holding”, que totalizam R\$410 e R\$1.174 (R\$358 e R\$1.077 em 30 de setembro de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação no resultado - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.857 e R\$2.452.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Notas Explicativas

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2017
Cíveis	1.584	1.433	(2)	(1.487)	1.528
Trabalhistas	84	149	(5)	(47)	181
Regulatórias (*)	14.309	4.075	(2.222)	(62)	16.100
Total	<u>15.977</u>	<u>5.657</u>	<u>(2.229)</u>	<u>(1.596)</u>	<u>17.809</u>
	31.12.2015	Adições	Reversões	Pagametos	30.09.2016
Cíveis	2.153	1.646	(340)	(1.029)	2.430
Trabalhistas	97	64	(30)	(37)	94
Regulatórios (*)	-	373	-	-	373
Total	<u>2.250</u>	<u>2.083</u>	<u>(370)</u>	<u>(1.066)</u>	<u>2.897</u>

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 30 de setembro de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$16.100 (R\$14.309 em 31 de dezembro de 2016). A reversão em relação a 31 de dezembro de 2016 refere-se ao Auto de Infração Regulatório nº 01205, arquivado em função do deferimento da defesa prévia apresentada pela concessionária.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$4.693 em 30 de setembro de 2017 (R\$959 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais no montante de R\$4.898 em 30 de setembro de 2017 (R\$9.621 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	5.292	15.635	32.828
Adições/Reversões	-	-	8.963
Utilizações	(5.262)	(6.247)	-
Ajuste a valor presente	27	-	2.355
Transferências	-	4.088	(4.088)
Saldo em 30.09.2017	57	13.476	40.058

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	20.712	-	35.850
Adições/Reversões	(5.466)	-	8.935
Utilizações	(6.907)	-	-
Ajuste a valor presente	(17)	-	1.823
Transferências	-	15.059	(15.059)
Saldos em 30.09.2016	8.322	15.059	31.549

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$6.247 (não houveram realizações em 30 de setembro de 2016).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2017 é de R\$991.789 (R\$676.289 em 31 de dezembro de 2016), composto por 625.841.370 ações ordinárias e sem valor nominal (426.568.491 em 31 de dezembro de 2016), integralizados pelo valor de R\$838.789 (R\$600.289 ações em 31 de dezembro de 2016).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Notas Explicativas

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.02.2017	(*)	AGE	Dinheiro	-	74.500
20.02.2017		AGE	Dinheiro	10.862.186	16.000
18.04.2017		AGOE	Dinheiro	73.001.888	116.000
21.08.2017		AGE	Dinheiro	115.408.805	183.500
				<u>199.272.879</u>	<u>315.500</u>
					<u>238.500</u>

(*) No decorrer do período findo em 30 de setembro 2017 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20.07.2016 no montante de R\$ 74.500.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	50.110	147.429	46.401	137.529
Receita de serviços de construção	41.279	208.131	66.669	217.523
Outras receitas	674	997	754	925
	<u>92.063</u>	<u>356.557</u>	<u>113.824</u>	<u>355.977</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	92.063	356.557	113.824	355.977
ISSQN	(2.540)	(7.450)	(2.345)	(6.898)
PIS	(342)	(999)	(317)	(920)
COFINS	(1.579)	(4.611)	(1.463)	(4.221)
Outras deduções	(6)	(11)	-	-
Receita líquida	<u>87.596</u>	<u>343.486</u>	<u>109.699</u>	<u>343.938</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.040)	(5.988)	(2.024)	(5.155)
Serviços de terceiros	(374)	(1.077)	(722)	(1.550)
Manutenção de bens e conservação	(297)	(742)	(123)	(419)
Depreciação / Amortização	(22)	(64)	(22)	(64)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(2.236)	(3.428)	(1.054)	(1.713)
Comunicação e marketing	(318)	(794)	(267)	(667)
Seguros/Garantias	(2)	(6)	(2)	(6)
Consumo	(370)	(1.125)	(371)	(1.120)
Transportes	(99)	(253)	(60)	(272)
Outros	(248)	(1.155)	(341)	(1.211)
Total	<u>(6.006)</u>	<u>(14.632)</u>	<u>(4.986)</u>	<u>(12.177)</u>

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(41.279)	(208.131)	(66.669)	(217.523)
Com pessoal	(4.530)	(13.272)	(4.349)	(12.864)
Serviços de terceiros	(5.689)	(16.094)	(4.777)	(14.592)
Conservação	(4.386)	(11.626)	(3.088)	(10.077)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(248)	(699)	(275)	(759)
Consumo	(922)	(2.822)	(1.099)	(2.905)
Transportes	(718)	(2.146)	(700)	(2.040)
Verba de Fiscalização	(1.197)	(3.569)	(1.136)	(3.370)
Seguros / Garantias	(498)	(1.448)	(366)	(1.375)
Provisão de manutenção em rodovias	(4.967)	(8.963)	(2.786)	(8.935)
Depreciação / Amortização	(25.649)	(61.561)	(14.850)	(39.486)
Outros	(98)	(287)	(763)	(1.404)
Total	<u>(90.181)</u>	<u>(330.618)</u>	<u>(100.858)</u>	<u>(315.330)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	216	626	319	1.299
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	(13)	17
Outras receitas	-	665	2	393
Total	<u>216</u>	<u>1.291</u>	<u>308</u>	<u>1.709</u>

	30.09.2017		30.09.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(15.804)	(47.128)	(18.049)	(49.624)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(902)	(2.467)	(667)	(1.823)
Outras despesas	(364)	(1.141)	(692)	(1.874)
Total	<u>(17.070)</u>	<u>(50.736)</u>	<u>(19.408)</u>	<u>(53.321)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

Notas Explicativas

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2017</u>	<u>30.09.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	20.310	20.299
Juros capitalizados	34.218	39.076
	<u>30.09.2017</u>	<u>30.09.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(33.086)	(12.347)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>30.09.2017</u>		<u>30.09.2016</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo do período	(16.979)	(34.381)	(10.263)	(23.845)
Número de ações durante período	560.610	496.354	395.977	296.531
Prejuízo por ação	<u>(0,0303)</u>	<u>(0,0693)</u>	<u>(0,0259)</u>	<u>(0,0804)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Nível	30.09.2017			31.12.2016		
		Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	10.276	-	-	1.856	-	-
Partes relacionadas	Nível2	-	-	-	-	-	-
Contas a receber clientes	Nível2	-	7.956	-	-	8.877	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	2.979	-	-	1.332	-
Outras contas a receber	Nível2	-	262	-	-	115	-
Fornecedores e cauções	Nível2	-	-	23.656	-	-	25.323
Risco sacado	Nível2	-	-	2.273	-	-	5.943
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	656.332	-	-	691.754
Partes relacionadas	Nível2	-	-	409.582	-	-	379.733
Taxa de fiscalização	Nível2	-	-	399	-	-	379
		<u>10.276</u>	<u>11.197</u>	<u>1.092.242</u>	<u>1.856</u>	<u>10.324</u>	<u>1.103.132</u>

O pronunciamento CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 30 de setembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	9,84%	12,30%	14,76%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(35.766)	(44.704)	(53.641)
Receita de aplicações financeiras	911	1.138	1.366
Juros a incorrer líquido(*)	(34.855)	(43.566)	(52.275)
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(45.943)	(57.429)	(68.915)
Juros a incorrer líquido(*)	(45.943)	(57.429)	(68.915)
Juros a incorrer (*)	<u>(80.798)</u>	<u>(100.995)</u>	<u>(121.190)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$7.491 (R\$7.211 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

Notas Explicativas

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
BNDES Automático	7,72%	54.778	109.821	109.821	109.821	544.622	928.863
Capital de giro / Risco sacado	13,68%	2.273	-	-	-	-	2.273
Fornecedores e cauções	-	11.283	-	-	-	-	11.283
Outras contas a pagar	-	1.884	-	-	-	-	1.884
Partes relacionadas	11,81%	48.447	-	412.363	-	-	460.810
Fornecedores partes relacionadas	-	4.453	-	-	-	-	4.453
		<u>123.118</u>	<u>109.821</u>	<u>522.184</u>	<u>109.821</u>	<u>544.622</u>	<u>1.409.566</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	Total
BNDES Automático	7,72%	27.455	27.455	27.455	27.455	109.820
Capital de giro / Risco sacado	13,68%	2.273	-	-	-	2.273
Fornecedores e cauções	-	11.283	-	-	-	11.283
Outras contas a pagar	-	1.884	-	-	-	1.884
Partes relacionadas	11,81%	48.447	-	-	-	48.447
Fornecedores partes relacionadas	-	4.453	-	-	-	4.453
		<u>95.795</u>	<u>27.455</u>	<u>27.455</u>	<u>27.455</u>	<u>178.160</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

Notas Explicativas

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	88.049

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$6.923.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

A seguir relação de integralização de capital ocorridas:

Data	Aprovação	Valor integralizado
05.10.2017	AGE	2000
20.10.2017	AGE	13.000
04.11.2017	AGE	7.000
		<u>22.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fluminense S.A.

São Gonçalo - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de novembro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao terceiro trimestre de 2017 findo em 30 de setembro de 2017.

São Gonçalo-RJ, 10 de novembro de 2017.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

São Gonçalo-RJ, 10 de novembro de 2017.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente